

ATA Nº 549/2020 - REUNIÃO ORDINÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII

Aos vinte e sete do mês de outubro de dois mil e vinte, das 19h às 21h, por videoconferência, através do link <https://us02web.zoom.us/j/87363985780?pwd=dlR4TXo4NWwRiV9K9KU0RSQ29Wk2IUdz09>, ID da reunião 8736398 5780 e senha de acesso 156833, a assembleia foi realizada 100% online em razão das restrições impostas pelo Decreto 55.128, de 19 de março de 2020, que decretou o estado de calamidade pública no Estado do RS, e pelo Decreto Municipal nº 20.505, de 17 de março de 2020, com as alterações impostas pelo Decreto nº 20.523, de 20 de março de 2020, ambos do Município de Porto Alegre, e em conformidade com o estabelecido no Art. 5º da Lei n. 14.010, de junho de 2020. Reuniram-se 83 (oitenta e três) participantes, sendo 55 (cinquenta e cinco) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, listados em anexo; Aline Carraro Portanova – Presidente da Fundação, Denilson Gonçalves de Oliveira – Vice-Presidente, Amarildo Maciel Martins – Diretor Jurídico, Lucia Vianna Xavier – Diretora de Comunicação, Danielle Barcos Nunes – Diretora Financeira, Odila Maria W. dos Santos – Diretora de Obras e Patrimônio, Márcia Elisa Valiati – Diretora Pedagógica, Rosane Dias Rodriguez – Vice-Diretora Pedagógica, Adriana Pandolfo Goytacaz – Gerente Administrativo-Financeira, Cristiano Hamann – Psicólogo Institucional, Clara Coelho Marques, Fabiana Catalani Lisboa, Hildair Garcia Camera, Ianne Ely Godoi Vieira, Rosa Maria Limongi Ely, Taís Holosback Mariani – Equipe Técnica; Rogério Carricone, Thaís Freitas Meditsch, Artur Felipe Bender Bergelt, Cristina Ferreira de Mello, Mirna Zinn, Isadora Medeiros Cecílio – Associação dos Profissionais do João XXIII (APJ), Ana Laura Passos Pretto, Larissa Neumann Both, Stella Farias, Vitor Zanon - Grêmio Estudantil do João XXIII (GEJ), Fernanda Vencato Radajeski – Secretária Escolar, Rosângela Arndt Gomes Dresch e Tatiana Ribeiro Teixeira – Secretária da Fundação. A Presidente leu os pontos de pauta: **1) Ata da Reunião do Conselho Deliberante Ordinária nº 548/2020, de 29/09/2020 – leitura e aprovação; 2) Projeto João 2023 – andamento/retomada dos trabalhos dos Comitês Temáticos; 3) Destinação de verba do Fundo de Investimentos - apreciação e aprovação; 4) Filantropia – informes sobre o Edital de Concessão e sobre o Processo de Renovação Bolsas para 2021; 5) Pesquisas sobre o Retorno Cuidadoso (Famílias e Profissionais) e sobre Perfil Econômico (Famílias) – apresentação dos resultados; 6) Assuntos Gerais. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA:** A Presidente, antes de iniciar a assembleia, informou que a Diretoria Executiva, atenta aos questionamentos levantados no grupo de WhatsApp dos Conselheiros, apresentou uma questão de ordem sobre os motivos pertinentes ao não cumprimento dos prazos estatutários (Art. 11, §2º e §3º do Estatuto). Primeiramente, esclareceu que a minuta da ata da reunião ordinária n.548 não foi encaminhada para apreciação prévia do Conselho, entretanto, neste caso específico, a Diretoria Executiva entende que não haveria um consequente prejuízo para as atividades ordinárias da Fundação, em remeter a homologação da referida ata, juntamente com a desta assembleia, na reunião de novembro, em função de que os pontos de pauta apresentados foram de caráter informativos e não demandaram deliberações/aprovações pelo Conselho. Complementou, esclarecendo que o envio tardio do material aos Conselheiros, realizado por e-mail na tarde de hoje, tanto da proposta de destinação da verba do Fundo de Investimentos, quanto das pesquisas sobre o Retorno Cuidadoso (Famílias e Profissionais) e sobre Perfil Econômico (Famílias), foi em função do tempo maior que o previsto, respectivamente, para o fechamento das estimativas orçamentárias com fornecedores e para as compilações das análises e das interpretações dos resultados, o que impactou no não cumprimento do prazo estatutário mínimo de 3 (três) dias de antecedência para apreciação do assunto a ser deliberado. Finalizou, esclarecendo sobre o não envio, por e-mail, da convocação para esta reunião ordinária, que esta não é a forma estatutária obrigatória para divulgação das assembleias e que, por uma questão de limitação da Secretaria da Fundação e de várias outras questões internas, no dia 22 de outubro de 2020 (após fechamento da pauta reunião da Diretoria Executiva ocorrida no dia 21 à noite), a referida convocação foi disponibilizada apenas na área destinada especificamente para este fim, denominada “área dos Conselheiros”, espaço oficial de publicações, e divulgada na capa do site da Escola, nos links “avisos e eventos” e “destaques”, cumprindo assim a forma da convocação. No dia 26 de outubro de 2020 a convocação foi novamente enviada pela lista de transmissão dos Conselheiros, criada no WhatsApp institucional da Secretaria da Fundação, e por e-mail, ao grupo de Conselheiros em atenção ao pedido de alguns Conselheiros. Mesmo com a informação em assembleias anteriores de que as reuniões ordinárias estariam seguindo o cronograma mensal (Art. 11, caput, do Estatuto), juntamente com a ratificação do link e da senha de acesso à reunião por videoconferência no Zoom, a Secretária Escolar esclareceu que, na lista de transmissão, o destinatário só recebe se tiver o número de quem enviou salvo nos seus contatos, por isso a opção foi fazer grupos de WhatsApp, onde somente a Secretária tem a permissão de postar. A Secretária da Fundação providenciará a criação de um grupo de WhatsApp formal do Conselho, para fins de comunicação, pois o existente hoje é informal e de acesso exclusivo de pais e mães da Escola. Por fim, a Presidente consultou os Conselheiros se a questão de ordem ficou esclarecida e superada, para a continuidade dos trabalhos nesta assembleia. Caso contrário, se os Conselheiros entendessem que a análise dos temas estivesse inviabilizada, por falta de tempo para a apreciação prévia e consequente votação, os mesmos ficariam automaticamente inscritos para a próxima assembleia, conforme previsto no artigo 8º, inciso II do Regimento Interno. Após abriu espaço para as manifestações dos Conselheiros, ratificando que faz parte desta pauta a deliberação sobre a destinação da verba do Fundo de Investimentos e que, se o Conselho não entendesse por afastar essa questão de ordem, não seria possível a deliberação desse ponto de pauta hoje, devendo agendar uma nova reunião para esse fim. A Conselheira Maria Luiza Pont comentou que havia levantado essa questão no grupo, que entende que aconteçam problemas e motivos para que isso ocorra e que o Conselho possa rever e deliberar. Entretanto, não significa que as regras e as formalidades estatutárias e regimentais não devam ser cumpridas, mesmo neste período atípico, especialmente com relação ao envio do material do Fundo de Investimentos para apreciação em tempo hábil. A Presidente trouxe essa questão de ordem da Diretoria Executiva para a assembleia, justamente para que o Conselho possa deliberar sobre o encaminhamento que deverá ser dado ao assunto, neste fórum que é oficial. A Conselheira Viviane Rosa Clavijo considerou que, apesar de não haver forma de convocação especificada no Estatuto, o costume também vincula. Portanto, caso haja modificação nesta prática, há necessidade de expressa ciência de todos os envolvidos, além do esclarecimento acerca dos meios de convocação, também não formalizados expressamente no Estatuto. A Presidente informou que recebeu de alguns Conselheiros a sugestão de que as convocações não fossem enviadas por e-mail, e sim disponibilizadas no espaço dos Conselheiros e divulgadas no site da Escola. Informou que gostaria de colocar em pauta para que fosse deliberado, a partir desta assembleia, que as convocações das assembleias passem a ser disponibilizadas publicamente no espaço dos Conselheiros e divulgadas no site da Escola. O Conselheiro Raul Gonçalves Cunha ponderou, como encaminhamento desta questão, que, mesmo não sendo obrigatoriedade legal, o envio da convocação mensal por e-mail, poderia ser mantido à título de informação, mesmo ficando claro que os Conselheiros devem fazer o acesso aos meios apropriados e legais para se manterem informados sobre as convocações e materiais para deliberação no Conselho. Quanto à

falha no prazo para envio em tempo hábil para apreciação prévia, da proposta da Destinação da Verba do Fundo de Investimentos, considera que deveria ser superada de imediato, pois mesmo que o grupo tenha tomado ciência com pouco espaço de tempo para uma análise prévia mais detalhada, acredita que, com um esforço especial de todos para discussão nesta assembleia, se possa encaminhar o tema para deliberação, sem que haja a necessidade de nova reunião para esse fim, pois grande parte do Conselho está apto a decidir. A Conselheira Angélica Carvalho da Silva Armani se declarou sem condições de votar em função do prazo para prévia análise do material, que é muito importante para a Fundação. O Conselheiro Sandro Duarte da Silva questionou sobre a viabilidade do Conselho, nesta assembleia, poder decidir que neste tema específico possa ser alterada a exigência de envio da documentação com um prazo de antecedência mínimo para apreciação dos Conselheiros sobre o tema. A Presidente informou que, se o Conselho assim decidisse, poderia ser realizada a apresentação nesta assembleia, sendo a votação pautada em uma nova reunião já definida pelo grupo. A Conselheira Viviane Rosa Clavijo propôs, como encaminhamento, considerando que a questão levantada foi o pouco tempo para análise do Fundo de Investimentos, que a Diretoria Executiva apresentasse a proposta de Destinação da Verba do Fundo de Investimentos, pois poderia superar a ausência de conhecimento prévio, e, ao final, colocaria em votação a deliberação pelo Conselho, encaminhando-se a pauta à votação e aprovação, ou se a deliberação deveria ser pautada para a próxima reunião. A Conselheira Luciana Célia salientou que o Conselho tem condições, além de deliberar o que for possível, entender e acolher o que ocorreu. O Conselheiro Daniel Soares foi a favor de votar nesta assembleia, sugerindo que, quem não se sentisse confortável, exercesse o direito de se abster. A Conselheira Joice Pavék Figueiró enfatizou que, mais importante que a questão da convocação, é a falta de informação sobre o fundo. Alguns Conselheiros confirmaram o recebimento do material, mesmo que com curto prazo para análises. A Presidente submeteu à apreciação do Conselho a proposta apresentada pela Conselheira Viviane Rosa Clavijo. Dos 55 (cinquenta e cinco) Conselheiros presentes, 43 (quarenta e três) estavam aptos a voto e 12 (doze) Suplentes estavam acompanhando os Titulares, portanto, sem direito à voto. A proposta foi aceita por unanimidade dos presentes. A Presidente deu continuidade à assembleia. Na pauta **Ata da Reunião do Conselho Deliberante Ordinária n.548/2020, de 29/09/2020 – leitura e aprovação**, a Presidente, conforme esclarecido na questão de ordem inicial, oficializou e acordou com o Conselho a transferência da apreciação e aprovação da minuta da ata n. 548/2020 para a próxima reunião ordinária. Na pauta **Projeto João 2023 – andamento/retomada dos trabalhos dos Comitês Temáticos**, a Presidente e Líder do Projeto João 2023, comentou sobre os seguintes compromissos assumidos pela Presidência da Fundação: dar continuidade ao trabalho, iniciado em 2016, na elaboração do Planejamento Estratégico e na execução do Projeto João 2023, iniciado em maio de 2017; acompanhar o andamento dos trabalhos dos Comitês Temáticos que permaneceram em atividades, por videoconferência, neste período de pandemia; retomar o trabalho com os demais Comitês Temáticos; divulgar a reunião do Comitê do Projeto João 2023, que ocorrerá na próxima terça-feira, 03/11/2020, às 18h, com todos os atuais componentes dos grupos e demais membros da comunidade escolar, interessados em participar das equipes que darão seguimento ao trabalho em 2021; propor que as coordenações dos Comitês sejam compartilhadas dentro de seus grupos; estabelecer as periodicidades e horários das reuniões dos Comitês, por videoconferência; e organizar a reunião anual de revisão dos objetivos, metas e planos de ação para 2021. A Secretária da Fundação apresentou o quadro geral com a coordenação e a composição dos Comitês Temáticos e salientou que, junto o convite para a Reunião Geral do Projeto João 2023, será enviado o quadro para atualização dos membros de cada grupo. Informou que os interessados em integrar as equipes poderão enviar para a Secretaria da Fundação, pelo e-mail <secretaria.fundacao@joaoxxiii.com> ou pelo WhatsApp institucional da Secretaria (51 991839717), a indicação da temática na qual gostariam de colaborar. A Presidente destacou que a ideia é envolver o maior número de membros da comunidade escolar, pois é aberto a todos os segmentos da Escola. A Conselheira Viviane Rosa Clavijo sugeriu que os Conselheiros enviem para seus grupos de WhatsApp das turmas as informações sobre o Projeto João 2023 e seus objetivos e, nesse contexto, dos Comitês, para reforçar e incentivar uma possível participação da comunidade na Reunião Geral e nos Comitês. Na pauta **Destinação de verba do Fundo de Investimentos - apreciação e aprovação**, a Gerente Administrativo-Financeira apresentou extrato com resumo das despesas mensais realizadas do Fundo de Investimentos 2020, no total geral de R\$ 286.860,15, conforme demonstrado na reunião do Conselho de Retificação do Orçamento 2020. Salientou que o saldo do fundo em projetos 2020 é de R\$ 142.426,66 e que, conforme definido em reunião de diretoria, o valor aproximado de R\$ 80.000,00 será para investimento nos Pergolados (pátio central e espaço casa da árvore), restando um saldo em torno de R\$ 62.426,66, que seguirá para os investimentos em andamento, ainda em 2020, no projeto executivo hidrossanitário, aproximadamente de R\$ 15.000,00, necessidade indicada pelo Comitê de Infraestrutura para liberação do EVU – Estudo de Viabilidade Urbanística – e no projeto Laboratório de Ciências, aproximadamente de R\$ 22.899,00, com previsão de saldo aproximado de R\$ 24.527,66, que seguirá para investimentos em 2020/2021. Esclareceu que a finalidade da quantia cobrada a título de Fundo de Investimentos no João XXIII, estabelecida pelo Conselho Deliberante, durante os meses de agosto, setembro e outubro, destina-se especificamente a investimentos no Colégio João XXIII, cuja aplicação será anualmente definida pelo Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII. O valor e/ou a correção do valor destinado ao referido fundo também é definido anualmente pelo Conselho. Esclareceu que, para 2021, o valor de R\$ 429,00 permaneceu sem reajuste, com ampliação do habitual parcelamento 3 para 5 vezes iguais de R\$ 85,00, pagas a partir de agosto de 2020. Salientou que os valores projetados para 2021 são compostos pelos seguintes valores: Fundo 2021, realizado de agosto a outubro, no valor de R\$ 204.976,00, mais o projetado de novembro e dezembro, no valor de R\$ 136.651,00, no total de R\$ 341.627,00, mais o saldo do Fundo 2020, no valor de R\$ 24.527,66, totalizando um valor projetado de R\$ 366.154,66. Esse valor pode variar com o aumento de matrículas novas e com as possíveis negociações dos inadimplentes, que não entraram nesse saldo ainda. Em seguida, apresentou a tabela com a proposta de destinação da verba do Fundo de Investimento 2021, detalhando todas as necessidades da Escola, definidas por locais, tipos de obras, os valores de investimento total e as prioridades altas, no total de R\$ 293.594,47, e médias, no total de R\$ 257.132,90, elencadas a partir de uma cuidadosa análise das Diretorias Pedagógica e Executiva, utilizando a Matriz de Priorização (GUT) - ferramenta da qualidade utilizada para a priorização de tomadas de decisões, atendendo aos critérios de gravidade, urgência e tendência. A Conselheira Joice Pavék Figueiró questionou se a remoção do prédio 1 do Joãozinho Legal, e posterior recomposição do espaço, vai aproveitar o projeto que havia para aquele espaço. A Presidente informou que o projeto da fase 3 da Infantil, que já existe, vai ser revistado pelo Pedagógico para recomposição daquele espaço. A Diretora de Obras e Patrimônio esclareceu sobre o andamento de liberação do EVU na Prefeitura Municipal de Porto Alegre e ratificou a necessidade do projeto hidrossanitário para liberação das obras do prédio da Manutenção. A Conselheira Maria Luiza Pont questionou sobre a definição, em reunião da Diretoria, do valor aproximado de R\$ 80.000,00, destinado para investimentos em 2 pergolados, que já aparece como obra em andamento e com valor já reduzido do valor do saldo de 2020, sem ter sido trazido para aprovação do Conselho Deliberante, que é a instância que define as obras e os usos dessa verba. Comentou que não é contra a execução de pergolados, mas acha esse valor muito elevado, neste

momento, e, ao invés de pergolados, poderiam ser colocados toldos com menor custo. A Presidente esclareceu que as pautas trazidas ao Conselho são sempre construídas de forma compartilhada entre Diretorias Executiva e Pedagógica e a Gerência Administrativo-Financeira, muitas vezes com a participação do Comitê de Infraestrutura também. A Conselheira Maria Luiza Pont constatou que, na apresentação do saldo do Fundo de Investimentos de 2020, o valor de R\$ 80.000,00 já aparece apartado do total. Gostaria de saber mais sobre esse pergolados. A Diretora de Obras e Patrimônio esclareceu que os pergolados surgiram de demandas do Projeto de Arquitetura do Retorno Cuidadoso para alunos, para propiciar aulas com espaços abertos. A Diretora Pedagógica esclareceu que, durante a construção do Projeto de Arquitetura do Retorno Cuidadoso, a partir das escutas feitas com famílias, alunos e profissionais, foram pensadas novas formas de aproveitar os espaços abertos da Escola, dentre elas a adequação do espaço do pergolado na frente da Cantina, que já existia, mas necessitava de melhorias, do espaço casa da árvore, que também já existia, mas necessitava de adequação/telhado mais estruturada e dos gazebos que a Escola já possuía. A pandemia ensinou tantas coisas, principalmente sobre a resignificação dos espaços da Escola. Ratificou a fala da Presidente, esclarecendo que são orçamentos projetados que estão sendo trazidos, a partir do projeto de pergolados, elaborado (sem ônus) pela mãe da Escola e Arquiteta Fernanda Xavier de Araújo, e orçado com algumas empresas, como incremento/qualificação de alguns espaços abertos da Escola. Salientou que a primeira ideia eram gazebos, mas, para que esses espaços ficassem para Escola após a pandemia, se reavaliou os materiais e se optou por pergolados. A Diretora Financeira esclareceu que esses pergolados não são os gazebos; são de madeira, com teto translúcido para proteger do sol, e tem toda uma estrutura para permitir que as aulas ocorram embaixo. A Conselheira Eunice Kindel comentou que lhe chamou atenção o elevado valor para o laboratório de tecnologia/robótica e questionou se essa deve mesmo ser prioridade neste momento. A Diretora Financeira esclareceu que é um valor elevado mesmo, mas a Diretoria trouxe porque é um projeto que já havia sido priorizado anteriormente pelo Conselho e, inclusive, já houve cobranças também quanto à sua postergação, por isso a Diretoria entendeu que deveria submeter à avaliação do Conselho, tendo em mente que é um investimento, não apenas para remoção de riscos, mas para a capacidade pedagógica e a atratividade da Escola, porém sujeito, claro, à reavaliação pelo Conselho, quanto a sua prioridade, como todos demais itens. A Gerente Administrativo-Financeira esclareceu que o projeto de Robótica foi trabalhado pelo Comitê de Inovação, pelo grupo da própria Escola, que inclusive contou com a presença da Conselheira Joice Pavék Figueiró na elaboração de um espaço de Tecnologia e Robótica. A Coordenadora do Núcleo da Juventude esclareceu que a Robótica já é um desejo do Pedagógico e, agora com essa pandemia, essa nova estrutura necessitará de tecnologia para compor o ensino híbrido. É claro que a Escola deve definir o que é prioritário para compor essa nova realidade que vem pela frente. A Conselheira Viviane Rosa Clavijo salientou que é nesse sentido que chama atenção o investimento com robótica, ressalta que, ainda no início da pandemia, se discutia a possibilidade de alterar contratos e salários dos profissionais da escola, o que não veio a se fazer necessário, mas que demonstra que houve uma alteração nas prioridades financeira da Fundação. A Conselheira Joice Pavék Figueiró salientou que é da área de Informática e que o projeto de Robótica é uma demanda antiga, mas que agora deveria ser reavaliado o uso dessa elevada verba, para atender esse novo modelo híbrido de aulas, descontos das mensalidades ou negociação com inadimplentes. A Conselheira Eunice Kindel concorda que é momento de economizar, pois não se sabe como serão os próximos anos. A Conselheira Viviane Rosa Clavijo, comentou que chamou atenção o valor alto de investimento em robótica, não pela importância da questão, mas pelo momento pelo qual estamos passando e disse que não entende essa urgência. O Conselheiro Daniel Soares comentou que essa questão da robótica é uma demanda antiga na escola e que é contra cortar isso agora. Salientou que quem fez o orçamento e classificou como "alta" deve conhecer a necessidade e não se pode aqui dizer que é supérfluo para o momento. A Conselheira Viviane Rosa Clavijo disse que não se está afirmando que a questão é supérflua, muito pelo contrário, mas que não podemos, hoje, classifica-la como urgente. A Conselheira Luciana Célia comentou que o sentido não é "cortar" a robótica, mas repensar o investimento. A Conselheira Fabíola Slongo Sviroski Camargo salientou que a pandemia tornou urgente o ensino para o futuro e que acha que a Escola tem de pensar em futurismo também, e entender que ambos os investimentos são importantes. O Conselheiro Rodrigo Pecoits destacou que, sobre o laboratório, se deve acrescentar o momento financeiro da compra dos materiais e insumos. Mundialmente estes equipamentos estão em suas máximas históricas de preços. Salientou que houve, ou há, falta de equipamentos no mercado e que, com isso, inflacionaram-se genericamente essas linhas de produtos. Talvez um momento de maior normalidade da indústria da tecnologia e dos seus estoques, possa proporcionar melhores negociações para o uso dessa verba. Em momento oportuno, talvez, essa verba "rendesse" mais itens de compras a preços mais adequados. A Conselheira Viviane Rosa Clavijo salientou, ainda, que há diversas questões que são classificadas como de necessidade média, mas que, salvo engano, são, na verdade, manutenção (janelas, por exemplo). E mais importante, que, na hipótese de retorno presencial, é urgente que os trabalhadores tenham seus vestiários em plenas condições de uso, não dependendo da ocupação do ginásio, ou não, pelos estudantes. O Conselheiro Sady Jacques salientou que compreende que é do planejado buscar atendimento das novas demandas e projetar a Escola para o "novo normal". Se os levantamentos foram feitos com base em preços de mercado, e a partir de, pelo menos, três orçamentos, acredita que devem ser aprovados, pois sem eles não prepararemos a escola. A Diretora Financeira esclareceu que o atraso no envio do material antes da reunião se deu, em grande parte, pela discussão sobre o que é Investimento e o que é manutenção. A maioria concorda que alguns itens são questionáveis (quanto a serem manutenção ou investimento), e está tudo sujeito a reajuste, conforme a avaliação dos conselheiros. Menciona como exemplo, os itens que foram apresentados na lista manutenção, em relação aos quais foi decidido hoje pela retirada da lista de investimentos. O Conselheiro Rodrigo Pecoits alertou que se leve em conta, também, a segunda onda de Covid-19, que se desenvolve, já há algumas semanas, na Ásia e Europa, e que, em alguns meses passaremos por ela. Será, até onde se sabe, inevitável vivenciar uma segunda onda por aqui. Com isso, reforça a necessidade de aporte financeiro nas áreas de convivência e uso externos. Levando em conta o prazo para execução do Laboratório, custos do momento, uso limitado em caso de outras ondas de Covid-19, diferencial atrativo para novas matrículas e manutenção das atuais, entende que seja mais adequado tratar o Laboratório como prioridade média, e as áreas de gazebo, cobertas em geral, com grande circulação de ar, como de prioridade alta. A Conselheira Maria Luiza Pont destacou a importância de ficar claro que o fundo de investimentos só pode ser usado para isso, de acordo com a definição de uso pelo Conselho. A Gerente Administrativo-Financeira deu sequência à apresentação das prioridades "média", de forma detalhada, para apreciação do Conselho. Esclareceu o trabalho de mapeamento das necessidades da Escola como um todo, para que se tenha uma visão geral, indicando itens que foram apontados como projetos para serem revisitados e analisados, bem como outros que ficam classificados como necessidades futuras de adequação/manutenção, para dar segurança, propiciar a mobilidade e qualificar a estrutura da Escola. A Conselheira Maria Luiza Pont, para esclarecer o porquê entendeu que já havia sido autorizada a verba destinada do Fundo de Investimentos para os pergolados na informação apresentada – apontou que, dos Valores Projetados para o Fundo de 2021, o valor de R\$ 80.000,00 já havia sido descontado do saldo total projetado, de R\$ 366.154,66. Ressaltou

que, na proposta apresentada, as questões de investimentos classificadas como prioridades “altas” e “médias” somam de R\$ 550.727,37, enquanto a verba para destinação é de R\$ 366.154,66, ficando um déficit de aproximadamente de R\$ 184.572,71. Entende que a diferença entre a opção por pergolados, em vez de gazebo, poderia atender mais espaços com menos valores. A Conselheira Joice Pavék Figueiró questionou como ficará a portaria da Rua Orfanatófio, na entrada lateral da Escola, para 2021. A Gerente Administrativo-Financeira esclareceu que a ideia, nesse local, é de fazer um *drive* para os pais usarem somente para largarem os filhos, não exigindo uma recepção no local. A Conselheira Angélica Carvalho da Silva Armani acha importante detalhar mais esses projetos, para dar mais tranquilidade ao Conselho para deliberação da destinação do Fundo de Investimento 2021. A Conselheira Adriana Duarte entende que as Diretorias Executiva e Pedagógica estão tentando organizar a Escola com autonomia para retorno cuidadoso das crianças. Questiona como a Escola poderá ter o projeto de retorno qualificado, se todas as questões têm que passar antes pela aprovação do Conselho Deliberante, mesmo tendo Diretorias Executiva e Pedagógica que podem aprovar esse retorno em poucos dias. Ressalta a necessidade de confiar nas pessoas que estão trabalhando com urgência. A Diretora Financeira esclareceu que, para a adequação do plano de arquitetura para retorno cuidadoso, a Fundação necessitou fazer uma adequação da infraestrutura ao ar livre, rapidamente, mas precisaram de investimentos que foram realizados com a verba do Fundo de Investimentos de 2020, que, em função da pandemia, não foram realizados alguns itens aprovados no ano anterior pelo Conselho. A Diretoria Executiva, após aqueles encontros não oficiais com o Conselho, entendeu que teria autonomia para utilizar dessa verba para dar conta dessa adequação de infraestrutura. Inclusive, embora o debate se dê em torno dos pergolados, em decorrência do valor de R\$ 80.000,00, e na realidade foram realizados vários outros investimentos, como gazebo, lavatórios, estrutura de informática, câmeras específicas para viabilização das aulas síncronas, para os quais foram utilizadas verbas do Fundo de 2020, e que não estão relacionados e/ou sendo questionados aqui, pois a destinação de verba que o Conselho está apreciando hoje é para o Fundo de 2021. Saliu que esse valor foi aprovado entre as Diretorias, pois foram medidas necessárias consideradas urgentes, e que a Diretoria Executiva entendia ter autonomia para isso. O Conselho pode, aqui, entender que esses valores utilizados devem retornar para o saldo do Fundo de 2020, para somar o projetado do Fundo de 2021, e fazer um empréstimo para repor essa verba. Essa poderia ser uma deliberação do Conselho nesta assembleia. A Diretoria de Obras e Patrimônio ratifica a fala da Diretora Financeira, e complementa que outros investimentos essenciais para o retorno, para além dos R\$ 80.000,00 dos pergolados, foram realizadas com a verba do Fundo de 2020, a partir de decisões urgentes, prazos exíguos, que motivaram as decisões pelas Diretorias, de fazer esse aporte da verba disponível ainda em 2020. A Conselheira Maria Luiza Pont comentou que ficou desconfortável com esse uso de verba do Fundo de 2020, sem a prévia homologação do Conselho, que é o órgão responsável por deliberar essa destinação de verba e aprovar os usos para investimentos, pois entre a própria Diretoria Executiva houve, nesta assembleia, uma contradição de informações. Saliu que os Conselheiros devem ter o espírito crítico e realizar análises responsáveis, enquanto participantes do Conselho Deliberante, para cumprimento das obrigações legais a que todos se comprometeram. Deixa registrado o seu descontentamento com essa atitude da Diretoria Executiva. O Conselheiro Marcelo Dorneles Coelho destacou que a matéria é muito complexa e que a pandemia trouxe muitas variáveis nesse período. Concorde que o material deveria ter sido enviado antes para os Conselheiros apreciarem. O mal-estar ocorrido nesta assembleia é em relação a pontos não claros, mas deixou e registrado que as Diretorias Executiva e Pedagógica merecem toda a confiança deste Conselho, e podem aqui ajudar os presentes nesta assembleia a esclarecer e dar um aprofundamento maior na análise necessárias para uma possível deliberação, ou o Conselho pode, a partir desse aprofundamento posto aqui, voltar a discutir a matéria em outro momento, a ser definido pelo grupo. O Conselheiro Marcelo Sgarbossa salientou que está sendo um aprendizado para todo esse grupo presente nas assembleias virtuais, e isso leva os debates a grandes linhas, e não ao detalhamento minucioso da proposta. Sugere que os Conselheiros que têm dúvidas quanto ao tema, procurem as Diretorias Executiva e Pedagógica, bem como a Gerente Administrativo-Financeira, para esclarecimentos necessários, pois aqui o grupo todo tem o mesmo foco de pensar e deliberar o melhor para a Escola. A Presidente, como questão de ordem, apontou que a reunião já está no teto máximo do horário de 2h30min, e orientou para que seja finalizada a reunião e que as pautas passem para a próxima reunião (Art.8º, inciso II, do Estatuto). A Conselheira Candice Orlandin Premaor Gullo ratificou que, no início das reuniões com os Conselheiros - chamadas pela Diretoria Executiva de forma virtual, mas com o objetivo de compartilhar/consultar este Conselho, mesmo que de forma extraoficial, sobre o andamento dos trabalhos - lembra que foi apresentada uma prestação de contas do saldo do Fundo de Investimentos, e foi falado em redirecionar parte da verba que havia em conta para as demandas de adequação da Escola. Foi trazido ao Conselho e todos os participantes se manifestaram a favor da utilização dessa verba do Fundo de 2020, que não foi realizada, conforme aprovada pelo Conselho Deliberante, em função dessa parada ao longo do período de distanciamento social. Naquele momento, ainda, não havia autorização legal para reuniões oficiais do Conselho e, portanto, não houve votações, mas sim a preocupação da Diretoria Executiva de compartilhar as decisões para viabilizar o retorno dentro dos prazos possíveis. Hoje, a Diretoria Executiva está trazendo quais os gastos que foram demandados, de forma transparente, e como foram realizados esses direcionamentos. Comentou que o que está sendo trazido como aprovado, são os orçamentos para subsidiar a proposta de infraestrutura física e tecnológica, para submeter à aprovação do Conselho. Destaca que fica claro que o rito está plenamente preservado, bem conversado entre Diretorias Executiva e Pedagógica e com o Conselho, de forma tranquila e harmônica. Saliu que lembra dessa fala, e que mais Conselheiros que estiveram presentes aos encontros, também devem lembrar desse assunto. A Conselheira Daniela Corezola concorda com a fala da Candice e lembra desse assunto, mas deixou claro que a todo tempo no Conselho, na Escola e em todos os lugares, se está falando de tempo de exceção, e esse também é um tema de exceção. Deixou o registro sobre o tom utilizado pelos Conselheiros Maria Luiza Pont e Daniel Soares, que a deixou muito desconfortável, e queria poder referendar a confiança de como esse trabalho está sendo realizado pelas equipes pedagógicas e administrativas, de forma árdua para viabilizar o retorno. A Conselheira Ana Laura Giongo endossou e agradeceu a Diretora Financeira pela sua fala, e sugeriu que, na próxima reunião, se inicie esclarecendo sobre esse material de forma clara, objetiva e transparente, pois, devido a esse mal-estar criado hoje, não foi possível ouvir, de forma organizada, a proposta para que todos os Conselheiros se sintam aptos a deliberar sobre essas verbas. Acha uma injustiça não poder ter ouvido hoje essa proposta da Diretoria Executiva, que vem trabalhando com tanto afinco e dedicação. A Conselheira Beatriz de Lima Abrahão concorda com as falas das Conselheiras sobre a confiança neste grupo extremamente dedicado da Diretoria Executiva, e salienta que, em nenhum momento, se sentiu enganada ou enrolada com essa situação trazida ao Conselho, pois a questão já havia sido questionada e debatida. Destaca que, neste momento de urgências e emergências para que a estrutura da Escola fique pronta para o retorno, está de acordo que a Diretoria Executiva tenha autonomia para resolver as situações que vem se apresentando, da forma que achar necessária. Concluiu que não se sente enrolada e acredita que está sendo informada de todas as decisões. Comentou que esse mal-estar e tensão ficam muito ruins dentro do grupo do Conselho. A Conselheira Daiana Castro Borges

Salvadigo da Silva comentou que, na última reunião informativa, a Priscila trouxe essas questões do retorno e inclusive se falou dos banheiros, das pias, e também dos pergolados. Lembra que foi falado sobre um gasto aproximado de R\$ 89.000,00, de modo que não é um assunto novo. Sugeriu que, na próxima reunião, a diretoria apresente de forma mais explicada, como será investida essa verba, para facilitar as deliberações para aprovação do Fundo para 2021. A Conselheira Luciana Célia afirmou saber que, tanto a Diretoria Executiva, quanto a Diretoria Pedagógica, estão muito cansadas, e vê que todos trabalham sem limites de dias e horários para que tudo ocorra. Hoje, se colocando no lugar das Diretorias, se sentiria muito desconfortável com algumas atitudes e falas que foram feitas, e que também, pessoalmente, não concorda com alguns tons usados. Salientou que acredita a reunião deva ser imediatamente encerrada, e que na próxima reunião essa situação possa ser conciliada, para que este desconforto não se repita. O Conselheiro Raul Gonçalves Cunha deixou registrado seu protesto, com relação à forma que foram realizadas algumas manifestações, utilizando-se de adjetivos e comparações inadequados, que geraram mal-entendidos. Entretanto, espera que situações dessa ordem não se repitam novamente. A Conselheira Fernanda de Oliveira sugeriu que a apresentação traga mais imagens concretas e mais detalhes, para facilitar o entendimento sobre assunto e a deliberação pelo Conselho. A Presidente informou que os demais pontos de pauta: **Ata da Reunião do Conselho Deliberante Ordinária nº 548/2020, de 29/09/2020** – leitura e aprovação; **Filantropia** – informes sobre o Edital de Concessão e sobre o Processo de Renovação Bolsas para 2021; **Pesquisas sobre o Retorno Cuidadoso (Famílias e Profissionais) e sobre Perfil Econômico (Famílias)** – apresentação dos resultados e **Assuntos Gerais: Campanha do Terceirão** passarão para a próxima reunião do Conselho. Amanhã, na reunião das Diretorias, vai levar essa demanda do Conselho para organizar a pauta da próxima reunião e comunicar ao Conselho. A Conselheira Viviane Rosa Clavijo fez uma consideração final importante para o próximo encontro, partindo do pressuposto que todo esse grupo chegou à conclusão de que o que aconteceu nesta reunião foram mal-entendidos e jamais má intenção, tem-se duas situações a serem esclarecidas: a necessidade de dar mais autonomia para a Diretoria Executiva não se confunde com o ponto em debate. O Fundo de Investimentos é o que está sendo analisado e este precisa passar pela aprovação do Conselho Deliberante. No início deste ano, por conta da pandemia, aquele Fundo de Investimentos, em que os recursos foram aprovados e direcionados pelo Conselho em 2019 para 2020, precisaram ser redirecionados no decorrer de 2020, e, como bem lembrado pelas Conselheiras Candice e Daiana, isso foi debatido pelos Conselheiros anteriormente e esse redirecionamento foi feito pela Diretoria Executiva. Assim, são dois momentos distintos para tratar da mesma questão: a forma ordinária de aprovação do Fundo de Investimento, que, de praxe, passa pela prévia aprovação pelo Conselho Deliberante, e que está sendo devidamente observada para o Fundo de Investimento de 2021; e a forma extraordinária, referente ao Fundo de Investimento de 2020, cujo redirecionamento, pela Administração da Escola, ainda que informalmente, por conta das circunstâncias, foi autorizado pelos Conselheiros, cabendo às Diretorias Pedagógicas e Executiva da Fundação decidirem a melhor maneira de destinarem esse recurso. Salientou que, se houve mal-entendido no grupo de Conselheiros e não foi possível resgatar tudo o que foi conversado durante o ano de 2020, a questão nada tem a ver com a autonomia da Diretoria Executiva da Fundação, que está prevista no Estatuto Social, o qual estabelece o limite financeiro que permite à Diretoria da Fundação tomar decisões independentemente do Conselho Deliberante. Ratificou que o Conselho está tratando aqui de um ponto excepcional e isso não pode ser levado para o pessoal e nem encarado como má-fé ou, ainda, ser confundido com questões que aconteceram anteriormente. Ressalta ser importante que o Conselho tenha isso em mente na próxima reunião, para que seja tomada a decisão final quanto a esse Fundo de Investimento, pois esse assunto terá que ser deliberado em função de ser relevante e urgente, visto que as aulas estão para iniciar e muitas coisas apresentadas precisarão ser aprovadas pelo Conselho Deliberante. Nada mais a tratar a Presidente encerrou a reunião.

Aline Carraro Portanova
Presidente

Rosângela Arndt Gomes Dresch
Secretária da Fundação